

REFLEXÕES SOBRE A ATUALIDADE E OPERACIONALIDADE DO MATERIALISMO HISTÓRICO NOS ESTUDOS DAS IDENTIDADES REGIONAIS

Laurindo Mékie Pereira¹

RESUMO: Este artigo analisa quatro vertentes interpretativas dos processos históricos de construção de identidades regionais no Brasil, privilegiando o caso nordestino. São apresentadas e discutidas as leituras cepalina, marxista, neomarxista e culturalista. Por fim, há uma reflexão acerca da atualidade e operacionalidade das categorias do materialismo histórico para as análises do objeto.

PALAVRAS-CHAVE: identidades regionais, materialismo histórico.

ABSTRACT: This article analyses four models of studies in the historical processes of the construction of regional identities in Brazil, especially the Northeast case. The models presented are the cepalino, marxista, neo-marxista and culturalista. Finally, there is a reflection about the present days and of concepts of the historical materialism for the analyses of the subject in question.

KEYWORDS: regional identities, historical materialism.

Este artigo apresenta um diálogo entre diversas vertentes interpretativas dos processos históricos de construção de identidades regionais no Brasil, salientando a atualidade e operacionalidade das categorias marxistas na abordagem deste objeto.

Para atingir os objetivos propostos, elege-se um caso

¹ Doutor em História pela USP. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

específico de identidade regionalista para discutir os conceitos e as diversas abordagens do tema. Privilegia-se o caso nordestino por ser o mais expressivo na história do país, o que não impede a referência a outros exemplos de identidades.

Há diversas formas de se tratar as identidades regionais de tal sorte que seria, senão impraticável, no mínimo arriscado tentar dar conta de todas elas em um artigo. Assim, recortes são necessários. O estudo de um caso específico permite construir o texto promovendo o diálogo teoria-empíria e delimitar melhor o tema. Tomando o caso nordestino como base, podem-se identificar, entre outras, quatro grandes maneiras de se compreender a identidade regional. São elas: a) o enfoque cepalino, predominante nos anos 1950 sob a influência intelectual e política de Celso Furtado, b) a visão marxista hegemônica nos anos 1970 e 1980, tendo como principal nome Francisco de Oliveira, c) uma visão “neomarxista”, integrada, por exemplo, por Iná Elias de Castro e d) a visão culturalista, que tem, na obra de Durval Muniz Albuquerque Júnior, um dos seus principais representantes.

A discussão das quatro correntes não se restringirá a uma recolocação do debate sobre a questão nordestina, mas será a forma pela qual se interrogará a metodologia utilizada em cada uma delas.

Os regionalismos emergem porque existe concretamente uma distribuição desigual, no interior de um país ou de uma unidade federativa, de poder político e/ou de poder e recursos econômicos.

Na década de 1950, o desenvolvimento desigual entre o centro-sul e o nordeste era evidenciado à medida que avançava o processo de industrialização do primeiro. Neste contexto, emergiu a política de desenvolvimento do nordeste, inspirada no pensamento de Celso Furtado e materializada na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – também dirigida pelo economista até 1964.

Celso Furtado produziu uma complexa leitura acerca da questão nordeste, distribuída em um conjunto de obras escritas

antes e durante sua atuação à frente da SUDENE.² O exame dessas obras revela que o autor compreendia a questão nordestina como um obstáculo à formação/consolidação da nação. Dessa forma, a questão regional era importante na medida em que se relacionava com projetos de abrangência maior. Embora no texto fundamental da SUDENE – *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*³, destaque-se a defasagem econômica do nordeste e o seu enfrentamento como elementos centrais, a obra de Furtado tem sempre em perspectiva um projeto nacional de desenvolvimento. Este, naquele contexto, traduzia-se pela industrialização, pelo planejamento e protagonismo do Estado, por medidas efetivas de distribuição de renda e pelo amadurecimento das instituições democráticas.⁴ Estas diretrizes, julgadas fundamentais pelo autor para o país, estavam presentes no texto do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), especialmente no que concerne ao “plano de ação” previsto no documento.

Em termos analíticos, Celso Furtado, como de resto era comum nas análises cepalinas⁵, privilegiava as categorias nação-

² FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962; FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000. [1ª ed. 1959]; FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959; GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. In: TAMER, Alberto. *O mesmo Nordeste*. São Paulo: Herder, 1968, p. 173-232.

³ GTDN, op. cit.

⁴ Sobre a importância da democracia no pensamento de Furtado - cf. FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*, op. cit., FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*, op. cit. e CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e estado democrático*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas), FFLCH-USP, 1998.

⁵ Sobre a CEPAL cf. especialmente PREBISCH, Raul (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69-136, 2 vol.;

região, centro-periferia em detrimento das categorias classe ou relações de classe. Além disso, a noção de desenvolvimento (e especialmente desenvolvimento nacional) furtadiana estabelecia uma relação de necessidade com as reformas e a distribuição de renda.

A história foi cruel com Furtado e seu projeto. A crescente internacionalização da economia brasileira, acelerada no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), a relação desigual, mas articulada, da economia nordestina com o setor industrial e as articulações entre as frações rural, industrial (brasileiras) e internacional da burguesia constituíam uma nova realidade que suas categorias dificilmente poderiam dar conta.

A SUDENE e o pensamento de Furtado foram objeto de muitas críticas. Aqui a análise limita-se a três textos que, possivelmente, estão entre os que mais influenciaram no debate subsequente da questão nordeste e na consolidação da visão marxista do problema regional. São eles: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *A economia brasileira: crítica à razão dualista* e *Elegia para uma re(li)gião*, ambos de Francisco de Oliveira.⁶

Os estudos de Cardoso e Faletto revisaram a idéia nacionalista-cepalina segundo a qual o desenvolvimento (que para os autores significava dinamismo da economia capitalista independente da distribuição de renda e/ou realização das reformas estruturais) se faria em oposição à dependência. Em síntese, ao focalizarem a “internacionalização do mercado interno”

PREBISCH, Raul. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964 e RODRIGUEZ, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

⁶ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1970; OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981; OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

e apontarem para as efetivas relações entre a burguesia brasileira e a externa, os autores desconstruíram a leitura de corte nacionalista presente em Furtado. A realidade de um mundo regido pelas relações de classe sobressaía no argumento dos autores⁷.

A *crítica à razão dualista* é, na expressão de Fernando Henrique Cardoso⁸, a mais desafiadora crítica ao pensamento cepalino. Para o enfoque específico da questão regional, a maior contribuição de Oliveira é mostrar a concreta articulação entre o setor rural, em boa parte nordestino, e a economia industrial-urbana, revelando a funcionalidade do dualismo para o capitalismo no país. Assim, o autor admite a existência de estruturas duais na economia brasileira, mas revê profundamente a relação entre os dois setores, apontando para o caráter desigual e articulado do desenvolvimento capitalista, noção cara ao materialismo histórico. Mais do que isso, Francisco de Oliveira não hesita em denunciar o caráter ideológico, no pior sentido do termo, da escola cepalina-furtadiana:

No plano da prática, a ruptura com a teoria do subdesenvolvimento também não pode deixar de ser radical. (...) A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara.⁹

As premissas e mesmo o tom da *Crítica à razão dualista* reaparecem em *Elegia para uma Re(li)gião*. Coerente com as suas idéias do livro anterior, o autor analisa a sociedade e

⁷ Embora autores como Francisco Weffort tenham criticado Fernando Henrique Cardoso porque este não teria rompido de vez com a categoria nação. Cf. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 165-181.

⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. A originalidade da cópia; a CEPAL e a idéia de desenvolvimento. *As idéias e seu lugar, ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁹ OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, op. cit., p. 13.

economia nordestinas tendo em perspectiva a conjuntura nacional e internacional. E é neste aspecto que ele radicaliza seu ponto de vista não apenas por apontar o esgotamento do modelo cepalino, mas ao vaticinar o fim do próprio objeto dos debates, isto é, da região.

Segundo Oliveira, após longo processo iniciado em 1930, ocorreu a “(...) substituição de uma economia nacional, *formada por várias economias regionais*, para uma economia nacional, *localizada em diversas partes do território nacional*.”¹⁰ E não se trata de uma simples mudança semântica, observa, “significa precisamente que é o crescimento industrial da região Sudeste que está formando ou reformando a distribuição espacial das atividades econômicas no território do País.” A diferença fundamental entre uma situação e outra é que, na “economia nacional, formada por várias economias regionais”, “(...) as ligações *externas, para fora do País*, determinavam a localização das atividades, sem mediação ou com uma escassa mediação por parte de algum setor propriamente nacional (...)”¹¹.

Em *Elegia para uma Re(li)gião*, o autor coloca, em termos mais claros, as conseqüências do processo de industrialização em curso desde o primeiro Governo Vargas e, especialmente, da industrialização incentivada no Nordeste: “(...) é inegável que a economia do Nordeste integrou-se completamente à economia nacional. Perde, pois, qualquer sentido continuar a falar em ‘economias regionais’ no Brasil (...)”, por conseguinte, “(...) a insistência da burocracia da SUDENE (...) em continuar a colocar os problemas do Nordeste como ‘regionais’ é, agora, historicamente, reacionária; apenas serve para azeitar os eixos dos mecanismos do capital monopolista.” A expansão do capital monopolista, completa o autor, “(...) aponta, no limite, para a dissolução das ‘regiões’, enquanto espaços de produção e apropriação do valor especiais e diferenciados (...)”¹².

¹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 55, grifos do original.

¹¹ OLIVEIRA, F. de. *A economia da dependência imperfeita*, op. cit., p. 55.

¹² OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*, op. cit., p. 125, 132, 133.

Essa é a tese que, na expressão de Milton Santos, “(...) intoxicou a maior parte dos economistas e, desgraçadamente, também dos geógrafos, com a idéia de que a região havia soçobrado com a modernidade”¹³.

Sob a influência desta tese desenvolveram-se numerosos trabalhos.¹⁴ Se a região não mais existe, então a questão regional e o regionalismo ou deixam de ser um objeto de pesquisa ou são abordados como uma estratégia de manipulação utilizada pelas elites regionais. Um exemplo elucidativo dessa visão é Gadiel Perruci que, analisando a “questão nordeste”, afirma:

A questão regional é uma construção ideológica da classe dominante dentro do processo de realização do capitalismo no Brasil (...) (é) um instrumento de dominação e de domesticação da força de trabalho, desviando-a ideologicamente da contradição fundamental existente entre as classes sociais.

(...) onde está a “Questão Nordeste” dentro dos movimentos de massa? Que movimento de origem verdadeiramente popular reclamava das “disparidades regionais” ou da discriminação em favor do Sudeste? (...) a questão regional representa, rigorosamente falando, um falso problema científico e político.¹⁵

Em termos teóricos, o problema se resumia na impossibilidade de se articular os conceitos de classe, região e

¹³ SANTOS, Milton. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. In: GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; FORMIGA, Marcos (orgs.). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 99-107, p. 101.

¹⁴ Entre eles pode-se citar MARANHÃO, Sílvio (org.). *A questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: Hucitec, 1982; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

¹⁵ PERRUCI, Gadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 11–30, p. 26, 29 e 30.

nação. Como observou Francisco Weffort, para o materialismo histórico, a questão nacional não se coloca, porque “(...) é um dos supostos mais conhecidos de sua teoria econômica a desconsideração da existência das Nações.”¹⁶ Por isso, ao comentar as formulações de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Weffort acusava uma ambigüidade destes em relação às categorias “classe” e “nação” e propunha uma solução do impasse nos seguintes termos:

(...) na minha opinião, a ambigüidade Classe-Nação, presente na “teoria da dependência”, deverá resolver-se em termos de uma perspectiva de classe, para a qual nem existe uma “questão nacional” em geral (ou dependência em geral) no sistema capitalista, nem a Nação é concebida como um princípio teórico explicativo.¹⁷

Assim, como sintetizam os textos citados, o reconhecimento empírico das relações de classe e o uso conseqüente da categoria eram vistos como incompatíveis com as categorias e/ou problemáticas região, nação, questão regional, questão nacional.

Embora Francisco de Oliveira tenha sido muito criticado¹⁸, se observamos o seu conceito de região, percebemos que ele é

¹⁶ WEFFORT, F., op. cit., p. 174.

¹⁷ WEFFORT, F., op. cit., p. 173.

¹⁸ Ver críticas à tese da homogeneização e fim das regiões, por exemplo, em CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. *Reestruturação do Espaço urbano e regional no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Annablume, 1993; ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, nordestes: que nordeste?. In: AFFONSO, Rui Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995, p. 125–156; CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992 e MARTINS, Paulo H. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: AMADO, Janaina; SILVA, Marcos (orgs.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 52-66. Uma crítica não dirigida a Francisco de Oliveira, mas à tese da homogeneização do espaço de forma geral é encontrada também em HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

coerente com a tese segundo a qual a modernização capitalista gera uma crescente homogeneização do espaço e mesmo o desaparecimento das regiões. Diz o autor: “Privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também, nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral.”¹⁹

De fato, com base nesse conceito, podemos dizer que as regiões, se não desapareceram, ficaram quase imperceptíveis após a integração produtiva, sendo difícil identificar a especificidade na reprodução do capital e na estrutura de classe, elementos fundamentais para se caracterizar uma região como propõe Francisco de Oliveira.

Não obstante a contribuição de Francisco de Oliveira, sua interpretação, ou o ato de levá-la às últimas conseqüências, apresenta problemas. Possivelmente, a maior dificuldade diz respeito ao problema do regionalismo. Se a região não mais existe, como explicar a permanência do discurso e da prática de numerosas lideranças políticas que apresentam um recorte territorial claramente identificado? Se este discurso refere-se a algo não verificável histórica e socialmente, ele só pode ser uma mera ideologia, no sentido negativo do termo, equivalendo a um falseamento dos reais interesses de classe, isto é, uma simples ferramenta política para manipulação.

A ideologia assim concebida parece pouco aceitável após a difusão dos escritos de Antonio Gramsci. Além disso, a idéia de manipulação encontra, hoje, pouca ou nenhuma aceitação, especialmente entre os historiadores, após os estudos de diferentes autores como E. P. Thompson e Roger Chartier.²⁰

¹⁹ OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma Re(li)gião*, op. cit., p. 27.

²⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990; THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998; THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Vol. I.

O regionalismo se coloca, portanto, como um problema que reclama uma nova abordagem para a “questão regional”. Múltiplas respostas podem ser dadas a esta demanda. Parece que, tomando o nordeste como referência, destacam-se aqui dois autores/obras que, representam, também, duas outras leituras da questão nordestina e/ou do problema da identidade regional. Trata-se das obras *O mito da necessidade*, de Iná Elias de Castro, e *A invenção do nordeste*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

O texto de Castro, sua tese de doutorado, foi concluído em 1989 e publicado em 1992.²¹ A autora faz uma síntese das diversas interpretações da história do nordeste e contrapõe-se, especialmente, à leitura de Francisco de Oliveira que era, à época da construção de sua tese, possivelmente, a mais difundida.

A autora diverge da interpretação marxista então prevalecente em pelo menos quatro pontos. O primeiro diz respeito ao problema da modernização e fim das regiões. Compreendendo a região como “(...) fração estruturada do território (...) historicamente construída”, um “(...) subsistema espacial (...) que, apesar das relações com o sistema maior, (...) possui relações internas autônomas que lhe conferem um caráter próprio e diferenciado”²², a autora rebate a tese de que a integração produtiva²³ levada a efeito no Brasil entre 1950 e 1980/1990 tenha extinguido as regiões.

A outra divergência reside na ênfase conferida pela autora aos aspectos políticos do problema regional, instância ignorada ou relegada ao segundo plano, conforme ela, pelos estudiosos influenciados pela teoria da dependência. Nas suas palavras, essa abordagem,

(...) à medida que situou as leis da acumulação como condicionante básico das relações sociais, obscureceu o papel de outros atores,

²¹ CASTRO, I. E. de. *O mito da necessidade*, op. cit.

²² CASTRO, I. E. de. *O mito da necessidade*, op. cit., p. 32-33.

²³ Cf. OLIVEIRA, F. de. *A economia da dependência imperfeita*, op.cit. e GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva*. Recife: Massagana, 1989.

dentro do mesmo processo, porque estes são sempre vistos como submissos às férreas determinações do avanço do capital, da sua reprodução e da acumulação. (...) Nesta ótica, também o Estado possui um papel fundamental em promover as condições de acumulação (...) não lhe restando qualquer grau de autonomia fora dessa atribuição inerente à sua natureza.”²⁴

O terceiro ponto articula-se diretamente com o segundo. A autora critica a tese hegemônica que compreendia as elites nordestinas como passivas ante o processo modernizador. Para ela, os grupos dirigentes regionais desempenharam um papel ativo neste processo, aspecto manifestado na sua aliança com o poder central, estratégia que teria permitido, simultaneamente, a modernização de alguns setores econômicos e a preservação das estruturas de poder social e econômicos das elites regionais.²⁵

O quarto ponto é a identificação de um discurso e prática regionalista das elites nordestinas até o final dos anos 1980, aspecto que impõe a necessidade de uma visão do regionalismo como prática histórica concreta, para além da simples manipulação, ou, para usar uma categoria de Grasmci, autor fundamental na construção do argumento de Iná Castro, seria preciso considerar o regionalismo como uma ideologia orgânica. Neste aspecto, parece estar a principal contribuição da autora, uma vez que sua pesquisa empírica revela, materialmente, a sobrevivência do regionalismo e, nesta medida, impõe a reconsideração das regiões por parte dos estudiosos.

A autora propõe, então, um conceito de regionalismo:

Este deve ser entendido como a mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos frente a outros grupos dominantes de outras regiões ou ao próprio Estado. O regionalismo, portanto, é um conceito eminentemente político, vinculado, porém, aos interesses territoriais. (...) Em termos

²⁴ CASTRO, I. E. de. *O mito da necessidade*, op. cit., p. 65-66.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 20.

objetivos, o regionalismo constitui a expressão das relações políticas entre as regiões ou destas com o poder central, sempre que nessas relações há opressão política, econômica ou cultural.²⁶

Embora o trabalho de Iná Castro se coloque como crítico da tese então prevalecente, sintetizada nas obras de Francisco de Oliveira e que são traduzidas genericamente como marxistas, parte fundamental da reflexão da autora é embasada em categorias do materialismo histórico, especialmente de Antonio Gramsci.

Em primeiro lugar, a autora, assim como o pensador italiano, destaca que, para além da teoria, a questão regional, nordestina para a primeira, meridional, para o segundo, é histórica, carecendo, assim, de ser explicada. Do ponto de vista mais analítico, Iná Castro utiliza dois conceitos importantes de Gramsci: *bloco histórico* e *concepção ampliada do Estado*.²⁷ O primeiro é fundamental para sua explicação das relações entre as frações de elite nordestina e do centro-sul e, por esta via, compreender como os dois grupos e as duas regiões e suas respectivas organizações econômicas e sociais articulam-se e dão forma ao desenvolvimento capitalista brasileiro. A concepção ampliada do Estado (sociedade civil + sociedade política) permite à autora compreender/explicar como múltiplos agentes e organizações podem influenciar na organização do poder estatal, possibilitando a este, inclusive, uma autonomia relativa²⁸. Em outras palavras, os conceitos gramscianos e também de Poulantzas, eram compatíveis e operacionais para sua análise dos aspectos políticos, dimensão fundamental no regionalismo nordestino.

²⁶ CASTRO, I. E. de. *O mito da necessidade*, op. cit., p. 40.

²⁷ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

²⁸ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. Embora a autora não cite Poulantzas, o conceito de autonomia relativa do Estado proposto por este autor é de extração gramsciana e perfeitamente aplicável no caso estudado por Iná Castro. Acerca da influência de Gramsci em Poulantzas cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 207-219.

Mas, considerando a presente hegemonia da história da cultura, talvez a interpretação mais “atual” seja a de Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Durval Albuquerque propõe uma interpretação inovadora, apontando a produção precedente, artística e acadêmica, de esquerda e de direita, erudita e popular, como responsável pela instituição do “nordeste”. Pode-se inferir do seu texto que os estudos anteriores não conseguem romper com um conjunto de imagens acerca dessa “entidade”, nordeste, e que o único viés metodológico possível para superar estes limites é o focaultiano, visto que este enxergaria a multiplicidade, a ambigüidade, a diferença no lugar da identidade, o caráter instituinte do discurso, as relações indissociáveis entre o saber e o poder.

O esforço do autor em pesquisar e demonstrar como o nordeste foi instituído/inventado a partir da década de 1910 e como se consolidou ao longo do século XX é bem-sucedido. O resultado é magnífico. Recusando os determinismos naturais e econômicos, o autor salienta o caráter complexo, *histórico* da criação da região:

Em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme (...) se visualizando como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes. Além disso, devemos tomar as relações espaciais como relações políticas e os discursos sobre o espaço como o discurso da política dos espaços, resgatando para a política e para a história, o que nos aparece como natural (...)²⁹

No mesmo sentido, o autor afirma em outra passagem, “(...) antes de inventar o regionalismo, as regiões são produtos deste discurso.”³⁰

²⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo: Cortez, 1999, p. 25.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 24.

A crítica de Albuquerque Júnior atinge, como dito, a um amplo número de trabalhos, mas ele parece especialmente interessado em demonstrar a inviabilidade da leitura marxista que, embora se apresentasse como crítica, contribuiria, segundo ele, para reproduzir a identidade nordestina.

A leitura marxista, na sua visão, além de presa ao determinismo econômico, reproduziria a geografia que institui a divisão e hierarquia entre “sul” e “nordeste”, materializada na aceitação da categoria região, embora criticando o regionalismo como elemento ideológico. Diz o autor: “Longe de constituir uma ruptura (...) suas críticas são apenas deslocamentos no interior do próprio campo do regionalismo (...) Em vez de questionar a própria idéia de região e a teia de poder que a institui, ela questiona apenas determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar a verdadeira.”³¹

Nesta passagem específica, as críticas são dirigidas a Admir Gebara, Rosa Maria Godoy Silveira e Francisco de Oliveira. Pelo menos no que respeita aos dois últimos autores a crítica parece problemática. Oliveira e Silveira partem de uma análise marxista bem articulada para estudar a região e o regionalismo nordestinos com vistas a demonstrar a natureza ideológica destas construções e a denunciar estes conceitos e discursos como portadores de um interesse de classe. Nos dois autores a perspectiva de classe se sobrepõe a qualquer outra. Pode-se, desta forma, criticá-los por outros aspectos, menos, todavia, por terem reproduzido um discurso que realimenta noções petrificadas, homogeneizadoras, *regionalistas*.³²

A crítica aos marxistas centra-se também em uma discussão da ideologia, especialmente em dois pontos: a) o autor objetiva negar que o regionalismo tenha uma conotação classista e b) sua rejeição ao conceito de ideologia está presa à visão da ideologia como máscara e falseamento.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 28.

³² Cf. OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma Re(li)gião*, op. cit., e SILVEIRA, R. M. G. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*, op. cit.

Tratando do primeiro item, diz o autor,

(...) o regionalismo é muito mais do que uma ideologia da classe dominante de uma dada região. Ele se apóia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos.”³³

Contraopondo-se à noção de máscara exercida pelo regionalismo, o autor explica: “O discurso regionalista não é apenas um discurso ideológico, que desfiguraria uma pretensa essência do Nordeste ou de outra região. O discurso regionalista não mascara a verdade da região, ele a institui.”³⁴

Há dois pontos muito importantes nesta visão: a) o fato de ser compartilhado por diversos setores da população eliminaria o caráter ideológico do regionalismo e b) a ideologia é pensada como sinônimo de ocultamento da verdade. Assim, estas categorias, de corte marxista, seriam inadequadas, segundo o autor.

Embora a *Invenção do Nordeste* seja pensada tendo em perspectiva uma “dimensão histórica multiforme”, para usar as palavras do autor, e rejeite todos os tipos de determinismos, é possível identificar um certo privilégio do cultural ao longo do texto. O próprio autor diz, na introdução, que o nordeste não é pensado “(...) só como unidade econômica, política ou geográfica, mas primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural.” Mais adiante acrescenta: “As diversas formas de linguagem (...) não apenas representam o real, mas instituem reais.” Daí segue que “(...) a elaboração da região se dá (...) no plano cultural, mais do que no político.”³⁵

O texto é nitidamente exitoso em demonstrar a importância dos elementos discursivos-culturais na construção da identidade

³³ ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*, op.cit., p. 28.

³⁴ Idem, ibidem, p. 49.

³⁵ Idem, ibidem, p. 23, 35.

nordestina. No entanto, parece que o esforço para realizar bem esta tarefa resulta em uma certa primazia do cultural sobre o material, operando uma inversão da dialética, na feliz expressão de Emilia Viotti.³⁶

Uma das virtudes da obra é rejeitar os discursos de vítima de qualquer origem. Seguindo as pegadas de Foucault – para quem poder é “algo que circula”, que “funciona em cadeia” e que “(...) nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem” e em cujas malhas os “(...) indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação, nunca são o alvo inerte (...) mas são sempre centros de transmissão”³⁷ –, Durval Albuquerque compreende os nordestinos como participantes da construção e reprodução da identidade que lhes confere um papel inferior no “dispositivo da nacionalidade” brasileira. Nas palavras do autor:

Nós, os nordestinos, costumamos nos colocar como os constantemente derrotados, como o outro lado do poder do Sul, que nos oprime, discrimina e explora. Ora, não existe esta exterioridade às relações de poder que circulam no país, porque nós também estamos no poder, por isso devemos suspeitar que somos agentes de nossa própria discriminação, opressão ou exploração. Elas não são impostas de fora, elas passam por nós.³⁸

Mesmo concordando que o poder “circula” e que não é exterior, e é, antes de tudo, uma relação, não é possível ignorar,

³⁶ COSTA, Emília Viotti. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994, p. 9-26. Quando analisa seu próprio livro, posteriormente, o autor mantém um certo privilégio conferido à linguagem, ao discursivo. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

³⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000, p. 183. Sobre a visão de Foucault especificamente quanto ao poder cf. também p. 75, 172, 174, 179-188.

³⁸ ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *A invenção do nordeste e outras artes*, op. cit., p. 21.

por outro lado, que a sua distribuição ou o seu exercício se dá em bases desiguais. Caberia perguntar ao autor: quando ele diz “nós também estamos no poder” quem integra concretamente o nós? O “nós”, no trecho citado, é claramente “os nordestinos”.

Assim, neste raciocínio o autor parece reconstruir o discurso que ele pretende decompor porque afirma a existência de uma entidade genérica que é capaz de reunir o “povo nordestino”. A generalização – nós os nordestinos estamos no poder – refere-se a uma numerosa população com distintos graus de instrução, recursos econômicos e formação cultural. Essa identidade parece não considerar as diferenças entre usineiros, professores universitários, analfabetos, prestadores de serviço urbanos, bóias-frias, assalariados urbanos e rurais e pequenos proprietários.

Ao final do texto, o autor, retomando o argumento anti-vitimização, rejeita as explicações de corte regionalista que denunciam o colonialismo interno, as desigualdades regionais: “Na verdade, existem repercussões tanto em nível nacional, como regional, dos mecanismos diferenciados de reprodução do capital em nível internacional e dos interesses imperialistas, mas tais relações não são hoje externas a nós; elas nos atravessam; são constitutivas de nós; nós as reproduzimos. Não existem, portanto o externo e o interno.”³⁹

É impossível discordar do autor quanto a este ponto. Todavia, mais uma vez, a crítica ao caráter externo da “dominação” ou, alternativamente, a ênfase na natureza relacional e descentrada do poder parecem desaguar em uma ligeira homogeneização da sociedade nordestina.

Após a exposição das quatro interpretações do regionalismo nordestino, podem-se sintetizar algumas idéias que emergiram até aqui e caminhar para a conclusão.

Como o objetivo principal deste artigo é apontar a atualidade e operacionalidade das categorias do materialismo histórico no estudo da identidade regional, atém-se, doravante, exatamente a este ponto.

³⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *A invenção do nordeste e outras artes*, op. cit., p. 310.

A primeira observação é que não há conceito ou teoria, por melhores que sejam, que tenham alguma utilidade quando descolados da história ou em completa dissonância com ela. “Tudo pensar historicamente, eis aí o marxismo”⁴⁰, dizia Pierre Vilar nos primórdios da década de 1970 e a receita continua atual.

Negar a existência de uma questão regional, materializada nas desigualdades entre regiões e nas mobilizações regionalistas, é impossível. A evidência disto pode ser vista desde os dados apresentados pelo GTDN em 1958, que revelavam a concentração regional de renda no país, até os números atuais do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que mostram as flagrantes diferenças de qualidade de vida entre as populações do Sudeste e do Nordeste.⁴¹

O regionalismo não é, por definição, nem “bom” nem “mau”. Autores como Ann Markusen, Iná Castro e Sandra Lencioni⁴² afirmam que o regionalismo pode assumir diferentes conteúdos, pode representar os “interesses populares” ou das elites, pode ser progressista ou conservador. O fator decisivo para a compreensão e definição de qualquer manifestação regionalista é a investigação da sua ocorrência social-histórica em um determinado tempo e espaço.

Das quatro interpretações discutidas, duas, representadas por Francisco de Oliveira e Iná Castro utilizam as categorias marxistas. Como se procurou mostrar, embora tenha contribuído bastante para compreensão do tema, a visão de Oliveira esbarrava na dificuldade de se explicar o regionalismo no período posterior

⁴⁰ VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 178.

⁴¹ GTDN, op. cit. e www.fjp.gov.br, acesso em: 15/08/2008.

⁴² MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e debates*. São Paulo, Cortez, Ano 1, n. 2, p. 61–99, 1991; CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994; e LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.

à modernização/integração produtiva, processos que, para o autor, tenderiam a suprimir a região e, por conseguinte, o regionalismo, a menos que este fosse compreendido como manipulação ideológica.

O trabalho de Iná Castro revela, com nitidez, a tese esposada por este texto. É possível estudar/compreender a identidade regional pelo instrumental oferecido pelo materialismo histórico. Além do exemplo fornecido pelo estudo de Castro, tivemos a oportunidade de “experimentar” as categorias marxistas em um estudo de caso, o regionalismo norte-mineiro.⁴³ Assim, as considerações presentes neste texto são também derivadas desta experiência de pesquisa.

Postula-se também aqui o privilégio da noção de regionalismo em relação a região, embora se reconheça a óbvia relação entre eles. O pesquisador marxista, diz Ann Markusen, está em seara estranha quando o tema é a região. Também Diniz Filho aponta as dificuldades do instrumental marxista para o estudo deste tema.⁴⁴

Se há problemas quanto à região, o mesmo não se repete quanto ao regionalismo, este entendido, nos termos de Ann Markusen, como “(...) uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado.”⁴⁵ Trata-se de um conceito quase idêntico ao enunciado por Iná Castro, como foi discutido anteriormente. Este conceito, diz Markusen, apresenta três virtudes:

⁴³ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. São Paulo, Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, 2007.

⁴⁴ MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista, op. cit., p. 83–84 e DINIZ FILHO, Luiz Lopes. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica: um breve balanço. *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 143-160, 2002.

⁴⁵ MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista, op. cit., p. 83–84.

Primeiramente, ela apresenta o regionalismo através de suas relações sociais entre um grupo e outro de pessoas, não especificadas na definição, que é objetivamente antagônico a alguns fins do primeiro grupo e cuja luta ocorre dentro do setor estatal. Em segundo lugar, ela usa uma qualificação territorial que distingue grupos regionais de outros grupos sociais envolvidos em luta, e liga o território com a existência de instituições estatais, de tal maneira que ele claramente identifica uma “arena” de luta – uma arena política – mesmo que o conteúdo da luta seja econômico ou cultural. Em terceiro lugar, a definição permite um delineamento particular do grupo regional, baseado em experiências históricas e subjetivas, sem a tentativa de reduzir as pessoas a um padrão não histórico de regiões através do globo ou de assumir as formas correntes do Estado (por exemplo, nação) como base das regiões mundiais.⁴⁶

Nesta definição, assim como na de Iná Castro, o Estado é uma instância fundamental, mas não exclusiva, para a manifestação do regionalismo, o que não impede de se conceber esta instituição nos moldes como propõem Gramsci e Poulantzas.

Para afirmar a operacionalidade do marxismo neste debate é preciso retomar algumas questões levantadas por Durval Muniz Albuquerque Júnior e proceder-se a um diálogo com outras questões colocadas pela historiografia e autores atuais que fornecem subsídios para o estudo da identidade e da política como um todo.

Retomando o debate com o autor de *A invenção do nordeste*, nota-se que, para ele, o regionalismo não se explica como uma ideologia de classe porque ele seria algo mais abrangente e que seria compartilhado “(...) por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos.”⁴⁷ Porém, afirmar que o regionalismo pode expressar uma ideologia de classe não equivale a negar o fato de que os componentes

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 83–84.

⁴⁷ ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*, op.cit., p. 28.

dessa mesma ideologia podem ser compartilhados e assimilados por outros grupos e, mesmo assim, não deixar de ser uma ideologia da classe.

Durval Abulquerque observa também que, quando pensado como ideologia, o discurso regionalista é visto como máscara de uma realidade. Todavia, a ideologia, dentro de uma formulação gramsciana, é entendida como “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” e, em se tratando de ideologia burguesa, é “(...) um instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas.”⁴⁸ No caso nordestino, o regionalismo expressa uma ideologia orgânica. Este tipo de ideologia é “necessária a uma determinada estrutura”, é social e historicamente produzida, está enraizada na dinâmica social e econômica, informa as relações entre as classes.⁴⁹

Se a ideologia não é simples máscara e se ela pode ser compartilhada por diversos grupos sociais sem deixar de ser ideologia, a pergunta se desloca para o problema da difusão desta concepção de mundo. Neste ponto, a contribuição da história da cultura certamente é decisiva. As noções de representação-apropriação de Roger Chartier⁵⁰ constituem exemplos claros de que não se deve pensar as relações entre a cultura erudita e a popular em uma perspectiva verticalizada e/ou unidirecional.

As lições da história da cultura não são, todavia, estranhas ao materialismo histórico. É instrutivo observar a análise gramsciana acerca da difusão da ideologia e a sua apropriação

⁴⁸ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* – volume 1. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 98–99 e 388.

⁴⁹ Acerca das ideologias orgânicas e não-orgânicas (arbitrárias), cf. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, op. cit., p. 98–99, 111, 237.

⁵⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*, op. cit.

pelos “não-filósofos”, isto é, como ela se converte em senso comum. “Neste processo de difusão (que é, simultaneamente, de substituição do velho e, muito freqüentemente, de combinação entre o novo e o velho)”⁵¹, vários fatores influem, entre eles

(...) a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (na medida em que é reconhecida e apreciada, pelo menos genericamente) do expositor e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se apóia, a participação na mesma organização daquele que sustenta a nova concepção.⁵²

O peso destes elementos varia conforme a formação intelectual do público-alvo, observa Gramsci⁵³. Nota-se, nesta passagem, como a forma parece ser tão importante quanto o conteúdo da mensagem. Saliente-se, também, a importância conferida à “autoridade do expositor”, aspecto próximo à idéia de capital simbólico de Bourdieu⁵⁴. No entanto, quando se trata “massas populares”, a recepção de uma nova concepção é mais complexa. Em virtude do caráter “religioso” do senso comum, sua modificação é mais trabalhosa.

As massas populares, que mais dificilmente mudam de concepção e que, em todo caso, jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma “pura”, por assim dizer, mas – apenas e sempre – como combinação mais ou menos heteróclita e bizarra. A forma racional, logicamente coerente, a perfeição do raciocínio que não esquece nenhum argumento positivo ou negativo de certo peso, tem sua importância, mas está bem longe de ser decisiva.⁵⁵

O “senso comum” gramsciano contradiz qualquer pretensão de determinismo mecanicista ou reducionismo econômico. Os

⁵¹ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, op. cit., p. 108.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 108.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 108.

⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 108.

elementos que integram o senso comum formam-se histórica e lentamente, integrando fatores de ordens diversas. Sua transformação também pressupõe os mesmos princípios. As ideologias que “vêm de fora” não têm eficácia alguma na transformação social. Elas só podem tê-la se se traduzirem em filosofia de não-filósofo. E este não-filósofo não a recebe como um pacote fechado. Ele a constrói, reconstrói ativamente, recorrendo aos ingredientes de que dispõe ao longo de sua experiência vivida.

Para Stuart Hall, o “senso comum” é um instrumento que lhe permite superar a polarização estruturalismo-culturalismo⁵⁶. Interpretando Gramsci, ele diz que o senso comum é “(...) terreno já formado e não questionado sobre o qual as ideologias e filosofias mais coerentes devem disputar o domínio, o solo que novas concepções de mundo devem considerar, contestar e transformar (...)”⁵⁷. Além disso, a ênfase de Gramsci na cultura, exemplificada na conceituação do senso comum,

(...) reconhece a pluralidade dos eus e identidades que compõem o chamado “sujeito” do pensamento. Argumenta que a natureza multifacetada da consciência não é um relacionamento entre “o eu” e os discursos ideológicos que compõem o terreno cultural da sociedade. “A personalidade é estranhamente compósita”, observa ele. Ela contém “elementos e princípios da Idade da Pedra e princípios de uma ciência mais avançada, preconceitos de todas as fases passadas da história... e intuições de uma filosofia futura”⁵⁸

O resultado da leitura gramsciana, é uma “(...) concepção complexa, fragmentária e contraditória [da] consciência [e] representa um avanço considerável da explicação pela via da ‘falsa consciência’.”⁵⁹ Para Hall, esta é uma das maiores contribuições do pensador italiano:

⁵⁶ HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 144.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 303.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 305-306.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 306.

O ataque implícito de Gramsci à concepção tradicional de sujeito ideológico de classe “já dado” e unificado, que se situa no centro de tanta teorização marxista tradicional sobre o assunto, se iguala, em importância, ao efetivo desmonte do estado operado pelo próprio Gramsci (...)⁶⁰

Coerente com este raciocínio, a noção de hegemonia, entendida como direção moral e intelectual que se constrói historicamente podendo ser conquistada e exercida por qualquer grupo social, também contraria as ideais de imposição-manipulação-dominância que às vezes se quer impingir genericamente aos pesquisadores marxistas.

Retomando mais especificamente o problema do regionalismo, é possível que as classes não dirigentes possam aderir a uma ideologia regionalista de maneira mais racional e calculada, configurando as chamadas alianças regionais de classe de que fala David Harvey, pactos entre trabalhadores e proprietários do capital vinculados a um determinado território, com vistas a “(...) capturar e reter os benefícios obteníveis por meio de encaminhamento de fluxos de capital e força de trabalho através do território sob seu controle.”⁶¹ Não obstante a solidariedade comunitária presente nestas experiências, a leitura de Harvey é clara quanto à permanência da divisão de classe. Daí o caráter temporário e instável desta aliança.

Por sinal, é quanto à categoria classe que se levantam sérias objeções ao marxismo. As transformações recentes, especialmente com a emergência da acumulação flexível de que fala David Harvey⁶², não teria jogado a última pá de cal neste conceito, destruindo o seu objeto, a classe propriamente dita? Do ponto de vista da classe trabalhadora, a resposta mais difundida está nos estudos de E. P. Thompson e sua reformulação do conceito de classe. Pode-se citar, também, a formulação de

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 306.

⁶¹ HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*, op. cit., p. 152.

⁶² HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

Ricardo Antunes que propõe a categoria *classe-que-vive-do-trabalho* como uma noção mais abrangente, capaz de agrupar os trabalhadores informais e precarizados em geral, personagens importantes da fase atual do capitalismo.⁶³

Deslocando a análise dos trabalhadores para os grupos dirigentes, formuladores e maiores beneficiários do discurso regionalista nordestino, como afirma Iná Castro, a sobrevivência histórica da classe e, dessa forma, a adequação do conceito, é evidente. Mais uma vez é a história o fundamento que sustenta e justifica a utilização dos instrumentos de análise.

Os estudos sobre a identidade, especialmente quanto ao seu caráter inconstante, móvel ou “líquido”, para usar uma expressão de Bauman⁶⁴, também incidem no debate proposto neste artigo. As identidades, explica Stuart Hall, são múltiplas, contraditórias, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos (...) de tal modo que nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas.”⁶⁵ Na conjuntura atual, observa o autor,

Nenhuma identidade singular – por exemplo, de classe social – [pode] alinhar todas as diferentes identidades como uma “identidade mestra” única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. (...) as paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas dessa forma por identidades rivais e deslocantes – advindas, especialmente da erosão da “identidade mestra” da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova política definida pelos novos movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, os movimentos antinucleares e ecológicos.⁶⁶

O ponto mais interessante no raciocínio de Hall, e também

⁶³ Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, op. cit. e ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002. Uma síntese do debate entre os marxistas acerca da classe pode ser visto em RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

⁶⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

⁶⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004, p. 13.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 20-21.

de outros autores como Kathryn Woodward e François Dubet⁶⁷, é a afirmação do desgaste da identidade de classe por uma diversidade de identidades ou mesmo a desapareção daquela.

Entre as novas identidades que teriam deslocado a identidade de classe estaria a identidade territorial nas mais diversas escalas. Ao invés de ideologia, que remete sempre a uma sociedade estratificada em classes, a identidade territorial parece, para seus adeptos, mais adequada ao momento atual e mais precisa na definição de algo que é compartilhado por um grande número de pessoas e grupos, para além ou independentemente das clivagens sociais.

O estudo de Benedict Anderson constitui um conhecido exemplo deste tipo de análise. Ao estudar o surgimento das nações e da consciência nacional e criticar as interpretações marxistas o autor diz que “(...) o nacionalismo deve ser compreendido pondo-o lado a lado, não com ideologias políticas abraçadas conscientemente, mas com os sistemas culturais amplos que o precederam, a partir dos quais – bem como contra os quais – passaram a existir.”⁶⁸ A mútua exclusão entre nacionalismo e ideologia na leitura do autor liga-se a sua leitura do surgimento das comunidades imaginadas, as nações ou *nation-ness*, processo no qual o elemento da fatalidade teria sido fundamental: “(...) num sentido positivo, o que tornou possível imagináveis as novas comunidades foi uma interação semifortuita, mas explosiva, entre um sistema de produção e de relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicações (a imprensa) e a fatalidade de diversidade lingüística do homem”.⁶⁹

⁶⁷ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72, p. 13-15 e DUBET, François. Integração: quando a sociedade nos abandona. In: BALSÀ, Casimiro, WESSLER, Boneti Lindomar, SOULET, Marc-Henry (orgs.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social – uma abordagem transnacional*. Lisboa: CEOLS, 2006, p. 33-62.

⁶⁸ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 20.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 52.

As nações (e o nacionalismo), explica Anderson, muito mais que uma instituição/ideologia condenada ao desaparecimento como queria o marxismo vulgar, é uma comunidade imaginada que se sustenta em uma forte idéia de compartilhamento e pertencimento.

Consideradas no conjunto, mas sem ignorar as evidentes diferenças, as idéias de Durval Albuquerque, Stuart Hall (texto de 2004), Kathryn Woodward e Benedict Anderson convergem quanto à negação da categoria classe como instrumento adequado para o estudo das identidades regionais. As contribuições destes autores são inegáveis e suas idéias não devem ser ignoradas. No entanto, pesquisando acerca do discurso e mobilização regionalistas no norte de Minas Gerais durante a segunda metade do século XX⁷⁰, deparamo-nos com um objeto cuja explicação mais adequada parecia estar em outras formulações, possivelmente aquelas rejeitadas por estes autores.

No processo de construção de um discurso regionalista, desde os seus primórdios no século XIX, fica claro o seu caráter não espontâneo, bem como quem são os sujeitos deste processo. Restringindo a análise para a segunda metade do século XX, identificou-se com nitidez a proeminência dos grupos dirigentes regionais, representando especificamente os grupos agrário, comercial e industrial. Para além da manipulação, a ideologia regionalista por eles construída respondia a demandas históricas concretas, razão pela qual produziu, também, resultados efetivos.

A investigação revelou que a ideologia construída por intelectuais burgueses converteu-se, gradativamente, em *senso comum*, processo no qual os “receptores” desempenharam um papel ativo. Ao longo de cinco décadas, a burguesia regional, por meio de um bem articulado discurso de cunho regionalista, construiu sua hegemonia. Projetos e pensamentos de classe

⁷⁰ PEREIRA, L. M., op. cit. As considerações que se seguem são todas baseadas neste trabalho. O caráter um tanto sintético da referência ao regionalismo norte-mineiro deve-se ao fato de que este não é propriamente o objeto do artigo. Além disso, discuti-lo com mais detalhes tornaria o texto muito extenso.

converteram-se em “norte-mineiros”, o particular *universalizou-se* ou, em se tratando de uma ideologia regional, *regionalizou-se*.

As instituições mais importantes na representação das elites regionais – Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (ACI), Sociedade Rural de Montes Claros e a Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE (AMAMS) – sempre conferiram um forte caráter regional às suas reivindicações e projetos. Todavia, esta escala jamais se colocou acima de seus interesses de classe, fato evidenciado na harmoniosa convivência entre o capital local e o capital extra-regional que aportou na região em virtude dos incentivos da SUDENE.

Se o eixo central da crítica ao marxismo no estudo das questões regionais hoje se centra na afirmação de que a identidade regional elimina ou se sobrepõe à identidade de classe, o caso norte-mineiro revela o inverso. Como explicar a presença efetiva de uma classe organizada e ativa, como a norte-mineira? Como procuramos salientar ao longo deste texto, há, na tradição marxista, subsídios teóricos suficientes e adequados para dar conta do problema regional. As categorias gramscianas de hegemonia, intelectuais, ideologia orgânica e senso comum foram, no caso específico que estudamos, as mais operacionais.

Tratando especificamente da identidade regional norte-mineira, pode-se afirmar que, não obstante o caráter instável e movediço das identidades, a identidade de classe é a prevalecente, o que não implica em incompatibilidade com a identidade regional. Nas palavras de João Bosco Martins de Abreu, presidente da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (1973–1975 e 1975–1977): “Nosso trabalho deve ser em benefício da classe que somos e representamos, e da comunidade a que servimos.”⁷¹

A maior lição da nossa experiência de estudos acerca da identidade regional norte-mineira consiste exatamente no fato de que é a pesquisa histórica, empiricamente embasada, quem pode

⁷¹ DAVID, Zoraide Guerra. *Historiando o Progresso*. Montes Claros: ACI, 2003, p.73.

indicar e exigir os conceitos mais próximos dela. Todas as afirmações que dão conta do desaparecimento das classes e das ideologias nos pareceram sem sentido ante ao objeto que analisávamos. Do mesmo modo, nada assegura, de antemão, que categorias marxistas serão aptas para a investigação de outra identidade regional em outros espaço e tempo. Para usar uma expressão de Stuart Hall, pensamos em um “marxismo sem garantias”, que permanece vivo na medida em que se mostra em sintonia com a dinâmica social-histórica.⁷²

Ao longo do artigo procuramos, usando como estratégia a análise historiográfica da questão nordestina, salientar o caráter atual e operacional das categorias do materialismo histórico para o estudo das identidades regionais. Se se considera apenas o caso norte-mineiro, a tese que sugerimos é que os instrumentais analíticos fornecidos por autores da tradição marxista como A. Gramsci, N. Poulantzas, E. Hobsbawm, R. Williams⁷³ e D. Harvey são válidos e percucientes para o tempo atual, e constituem um bom caminho metodológico no exame deste objeto.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo: Cortez, 1999.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

⁷² HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, op. cit., p. 273-274.

⁷³ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; e HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, nordestes: que nordeste?. In: AFFONSO, Rui Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. A originalidade da cópia; a CEPAL e a idéia de desenvolvimento. *As idéias e seu lugar, ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. *Reestruturação do Espaço urbano e regional no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 1993.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: Hucitec, 1982.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de C. Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e estado democrático*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas), FFLCH-USP, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Emília Viotti. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, p. 9-26, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAVID, Zoraide Guerra. *Historiando o Progresso*. Montes Claros: ACI, 2003.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica: um breve balanço. *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 143-160, 2002.

DUBET, François. Integração: quando a sociedade nos abandona. In: BALSÀ, Casimiro; WESSLER, Boneti Lindomar; SOULET, Marc-Henry (Orgs.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social – uma abordagem transnacional*. Lisboa: CEOLS, 2006.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em <www.fjp.gov.br>. Acesso em: 15/08/2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000. [1ª ed. 1959].

FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere – volume 1*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: TAMER, Alberto. *O mesmo Nordeste*. São Paulo: Herder, 1968, p. 173-232.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva*. Recife: Massagana, 1989.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.

MARANHÃO, Silvio (org.). *A questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e debates*. São Paulo, Cortez, Ano 1, n. 2, p. 61–99, 1991.

MARTINS, Paulo H. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: AMADO, Janaina; SILVA, Marcos (orgs.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 52-66.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. São Paulo, Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, 2007.

PERRUCCI, Gadiel. A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 11–30.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

PREBISCH, Raul (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000, 2 vol., p. 69-136.

PREBISCH, Raul. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUEZ, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SANTOS, Milton. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. In: GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; FORMIGA, Marcos (orgs.). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 99-107.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Vol. I.

VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7–72.

Recebido em setembro de 2008

Aprovado em março de 2009